



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL COMO MÉTODO: A CONSOLIDAÇÃO DA PLATAFORMA COMUNITÁRIAS PARA ALÉM DA DELIMITAÇÃO ESPACIAL DA VULNERABILIDADE

**Chiara Giambelli** (Universidade Federal de Santa Catarina) - [chiaragiambelli182@gmail.com](mailto:chiaragiambelli182@gmail.com)  
*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela USFC*

**Danielly Vitória Clezar Inacio** (Universidade Federal de Santa Catarina) - [daniellynacio@gmail.com](mailto:daniellynacio@gmail.com)  
*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela USFC*

**Evelyn Menezes Leão** (Universidade Federal de Santa Catarina) - [eve.leao01@gmail.com](mailto:eve.leao01@gmail.com)  
*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela USFC*

**Isabella Savi de Figueiredo** (Universidade Federal de Santa Catarina) - [isabellasdefigueiredo@gmail.com](mailto:isabellasdefigueiredo@gmail.com)  
*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela USFC*

## **Nova Cartografia Social como método:**

a consolidação da Plataforma Comunitárias para além da delimitação espacial da vulnerabilidade

### **1. Para além da representação espacial: a Nova Cartografia Social como método**

De forma introdutória, cabe destacar no que a Cartografia Social, em suas diferentes percepções, práticas e desdobramentos, distancia-se da cartografia convencional. A visão tradicional da Cartografia pode ser caracterizada em suas linhas gerais pela ênfase no processo de produção cartográfica, onde predomina a preocupação com o rigor dos procedimentos e a precisão geométrica, sendo o mapa entendido como sua finalidade última. Nessa perspectiva, a Cartografia apresenta-se como a ciência que produz mapas. Tal percepção apoia-se em um entendimento que geralmente associa a Cartografia a um campo disciplinar imparcial, objetivo e neutro, responsável por tentar representar a realidade de determinada porção do território ao evidenciar principalmente o “sistema de objetos” ali contidos, em detrimento daquilo que Santos (2002) chama de “sistemas de ações” ou da relação entre ambos:

“Os objetos são tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida (...). As ações humanas, por sua vez, não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos. (...). Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes.” (SANTOS, 2002, p. 63)

Gradualmente esta forma de prática cartográfica é questionada. Ao admitir que os mapas produzem a realidade tanto quanto a representam, Harley (apud Crampton & Krygier, 2008) afirma que embora a produção se mostre imparcial ou neutra, na prática se configura como uma intervenção profundamente parcial, frequentemente, em favor dos interesses do Estado ou de determinados grupos hegemônicos.

A cartografia social, por sua vez, apresenta-se, em linhas gerais, por meio de métodos dialógicos, que partem do princípio da troca entre as produções científicas e as desenvolvidas pelos sujeitos em seu cotidiano (Silva & Schipper, 2012, p.26). O mapa é entendido como um conjunto específico de assertivas de poder e conhecimento, onde não apenas o Estado, como também outros grupos teriam legitimidade para fazer afirmações concorrentes e igualmente poderosas, utilizando-o como uma ferramenta para promover a transformação social. Como destaca Crampton e Krygier (2008), esta postura “indisciplinar” da cartografia é resultante de disputas – teóricas, conceituais e

práticas - ao longo dos anos, que permitiram ampliar a cartografia para além dos limites institucionais e acadêmicos, expandindo-se como instrumento também para os demais grupos sociais, popularizando a cartografia e operando-a de baixo para cima.

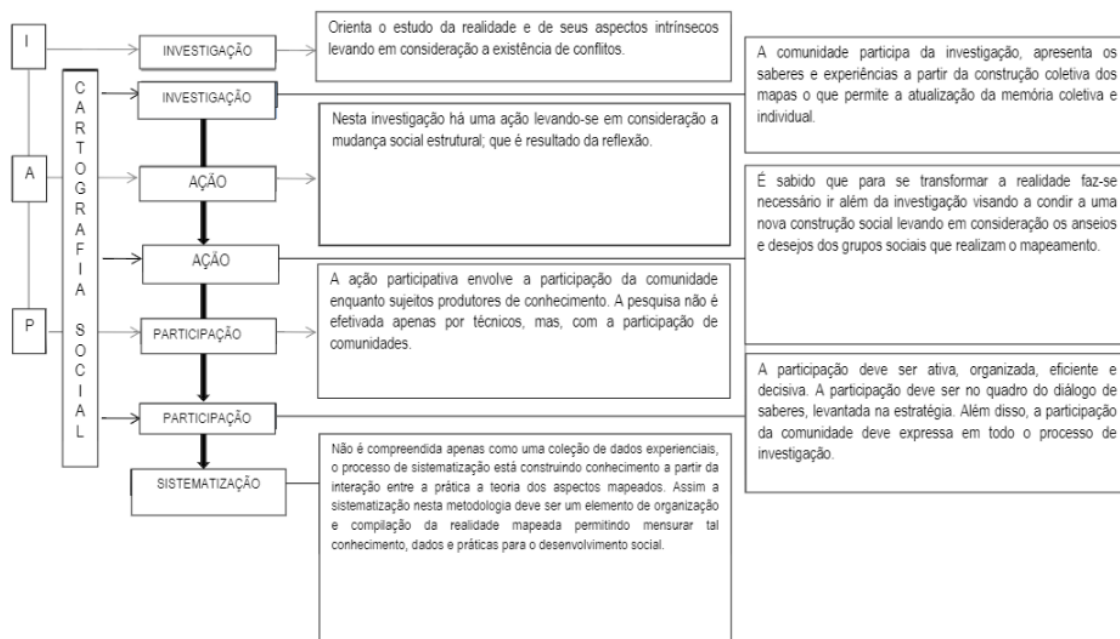
A Cartografia Social apresenta-se, então, como uma forma de produzir mapas que enxergam o território como construção social, considerando sua complexidade a partir das representações, relações e significados que o formam (Carballeda *apud* Neto et al., 2016). Assim, no processo de pesquisa e levantamento de dados, para analisar tais aspectos constituintes do território, a participação dos grupos e comunidades a serem cartografados assume centralidade. Com isso, a cartografia social acaba por superar a função da representação ao alcançar também as funções de resgate e fortalecimento da identidade popular e atualização das memórias coletiva e individual, valorizando o conhecimento tradicional e cultural. Além disso, conforme afirmado por Neto et al. (2016), o método é motivado a partir de conflitos existentes nas dimensões territorial, ambiental e social, portanto deve funcionar como uma ferramenta para intervenção que visa conhecer a realidade a fim de poder transformá-la.

Dessa forma, através do entendimento de que cartografar pode significar mais do que elaborar um mapa que localize objetos físicos, a cartografia social apresenta-se como dinâmica, assim como o próprio território que pretende representar, sobre o qual recaem diferentes pontos de vista, diferentes experiências que constituem tramas de relações socioespaciais sobrepostas. Para Filho e Teti (2011) trata-se de um método para acessar informações mais aprofundadas capazes de configurar transformações estruturais que na cartografia tradicional não são colocadas em pauta:

“Assim, a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência.” (FILHO E TETI, 2011, p.47)

Ao serem observadas criticamente estas relações de força que se apoiam em construções de saberes e experiências coletivas podem servir como ponto de partida para uma participação propositiva como continuidade do processo cartográfico, exemplificado por Neto et al. (2016) através de um diagrama no qual a partir de uma investigação coletiva e individual busca-se pensar em alternativas e ações para a transformação social, conduzindo o processo à uma organização ativa e participativa que por fim seria sistematizada.

**Figura 1 - Organograma da Cartografia Social e os fundamentos da investigação participativa**



Fonte: Neto et al (2016), p. 64

Uma cartografia produzida como processo interno de um grupo ou comunidade possibilita que outras esferas de auto reconhecimento e visibilidade sejam alcançadas, com maior capacidade de mobilização e transformação. Como pôde ser observado no caso do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA, com as comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, em que o debate acerca da problemática da territorialidade foi auxiliado pelo uso da Cartografia Social, fica evidente também seu potencial para dar visibilidade a causas e lutas enfrentadas pelas comunidades e grupos a serem mapeados (Bargas & Cardoso, 2015). A partir desse potencial, e considerando a necessidade de interação e contato para o enfrentamento de tais lutas, compreende-se a importância do uso desse método no contexto atual de isolamento social. Tendo isso em vista e trazendo para o contexto de Florianópolis/SC, estruturou-se a plataforma ComunitÁreas.

## 2. O que é a Plataforma ComunitÁreas?

A iniciativa de criação da Plataforma surgiu em meio a pandemia da COVID-19, que desencadeou uma série de implicações sociais e econômicas graves, com impacto nas diversas camadas da população, sobretudo nos grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental. O próprio ato de seguir as orientações da OMS para a contenção da propagação do vírus, por meio de medidas sanitárias com o isolamento social, a melhoria das condições de salubridade nos espaços residenciais, de soluções de infraestrutura de saneamento básico, por exemplo, tomou uma dimensão mais profunda nos aglomerados urbanos de baixa renda, onde as moradias, em sua maioria, não possuem sequer acesso aos serviços essenciais, como tratamento de esgoto e abastecimento contínuo de água.

Uma consequência da invisibilidade da cidade informal é a escassez e dispersão de dados referentes à condição de vida de seus moradores. A necessidade de levantamento e atualização constante sobre a localização e as demandas das áreas vulneráveis restou evidente. A dificuldade de acesso e sistematização sobre dados tão fundamentais, dificultou em grande medida a realização de ações eficazes para o enfrentamento de crises sanitárias, urbanas, ambientais e habitacionais, como ficou inequívoco em relação ao Covid-19. Brito et al (2020), destacam que a simples afirmação de que o novo coronavírus avança pelas periferias e favelas, áreas que acumulam diversas formas de vulnerabilidade, não fornece elementos que auxiliem no seu combate, pelo contrário, pode reforçar preconceitos.

Em resposta a este contexto, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC) realizou uma chamada pública para escolha de projetos emergenciais com foco na mitigação dos impactos causados pela pandemia. Como proposta para o edital do CAU/SC, o Instituto de Arquitetos do Brasil em Santa Catarina (IAB/SC) e o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através do Ateliê Modelo de Arquitetura (AMA) e do Programa de Educação Tutorial (PET/ARQ), idealizaram a ComunitÁreas. Trata-se de uma plataforma digital georreferenciada e colaborativa que possibilita a localização e a identificação de grupos e comunidades vulneráveis da Área Conurbada de Florianópolis (ACF), constituída pelos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, subsidiando ações e iniciativas concretas em meio a pandemia.

A Plataforma teve como objetivo fomentar a tomada de consciência em relação ao direito à moradia digna e à saúde para todos. Com as informações obtidas, buscou-se dar visibilidade para as áreas em situação de vulnerabilidade socioambiental de forma a colaborar para a elaboração de políticas públicas adequadas às suas realidades. Além disso, através da ComunitÁreas, procura-se desenvolver a produção de estudos e pesquisas de forma conjunta entre universidade e sociedade civil, estreitando então suas relações de cooperação. Do ponto de vista profissional, a Plataforma também colabora para atuação autônoma dos arquitetos e urbanistas e demais agentes sociais, de modo a facilitar ações de assistência técnica e incentivar a postura ativa para com crises sociais e urbanas.

Figura 2 - Tela inicial e interface da Plataforma ComunitÁreas



Fonte: Elaborado pelo autor. Disponível em [www.comunitareas.com](http://www.comunitareas.com)

Seu processo de elaboração contou com seis etapas distintas. A primeira etapa teve como objetivo definir critérios e indicadores para o conceito de vulnerabilidade socioambiental a partir de uma revisão da literatura e de seminários internos. Já a segunda, consistiu na pesquisa de boas práticas em geotecnologias sociais e colaborativas, com a finalidade de obtenção de um embasamento teórico e prático a respeito do suporte operacional e tecnológico da plataforma. As três etapas subsequentes se referiram ao levantamento de dados sobre grupos e comunidades da Área Conurbada de Florianópolis, sua posterior espacialização e a ampliação do banco de dados. Nessa fase do processo, organizou-se um banco de dados através da compilação de diversas variáveis encontradas nos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social (PMHIS), Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Infosolo e demais pesquisas acadêmicas. Por fim, a ComunitÁreas (<https://www.comunitareas.com>) foi disponibilizada e a gestão da ferramenta foi implementada.

A Plataforma é composta por um mapa georreferenciado e colaborativo, com dados dos grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental, que são setorizados e devidamente localizados no mapa.

Também conta com um repositório, o ComuniDados, que apresenta a base de dados, organizada por categorias e disponível para download. Outra importante parte é a aba “Fala Comunidade”, um espaço para que se compartilhem histórias, realidades, organizações, demandas e iniciativas através de fotos, vídeos, textos ou outros tipos de expressão. Por ser colaborativa, a ComunitÁreas também possui um formulário na aba “Participa aí”, onde pode-se enviar informações para possíveis cooperações.

Com o trabalho desenvolvido, possibilitou-se um acesso dinâmico às informações, através da compilação de dados, antes fragmentados, auxiliando na identificação de problemas a serem enfrentados e revelando potencialidades locais, que se fazem cada vez mais necessárias, especialmente no cenário que a fez surgir. Entretanto, no decorrer do desenvolvimento da Plataforma, enfrentou-se uma série de desafios, principalmente no que se refere a escassez de geoinformação e dispersão de dados sobre a condição de vida de comunidades e grupos vulneráveis.

Ainda que possua uma forte intenção de troca, colaboratividade e participação, tal característica não se encontra efetivamente presente no funcionamento da ComunitÁreas. Até então, a Plataforma tem servido como instrumento de reconhecimento de tal parcela da população a partir da sistematização de seus dados e sua disponibilização, bem como o papel de garantir sua visibilidade por meio da presença online. Além disso, o fator de demanda do projeto não partiu das comunidades, o que contribuiu para que as relações de troca se tornassem ainda mais complexas, principalmente em um contexto pandêmico.

Embora o objetivo inicial do ComunitÁreas fosse efetivamente o de “cartografar” as comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental, a equipe responsável pelo projeto, assim como o contato com movimentos sociais e atores institucionais colocou uma reflexão importante acerca do próprio significado de cartografar contido na plataforma. Abriu-se assim um campo vasto de reflexão, possibilitando pensar as estratégias para a continuidade e aprofundamento do ComunitÁreas, partir da reformulação de seus objetivos, das estratégias utilizadas para alcançá-los, das formas de representação da realidade socioespacial do Aglomerado Urbano de Florianópolis, da ausência de aproximação e interação com as comunidades e movimentos sociais e da própria utilização do conceito de vulnerabilidade, entre outros.

É neste cenário que a ComunitÁreas se aproxima da Nova Cartografia Social, permitindo reposicionar a existência e razão de ser da plataforma não apenas como depósito e repositório de informações, mas também como ferramenta de luta ativa, divulgação e voz desses grupos situados na Área Conurbada de Florianópolis.

### **3. Possibilidades e limites da Nova Cartografia Social para comunidades em situação de vulnerabilidade na área conurbada de Florianópolis**

Este redirecionamento mostrou-se necessário já nos primeiros momentos de funcionamento do ComunitÁreas, o que pode ser exemplificado pelo contato que a equipe da UFSC teve com a Comunidade do Jagatá, uma das comunidades “cartografadas” pela plataforma. Uma breve conversa com o líder comunitário e a interlocução com demais moradores, revelou inconsistências no levantamento realizado. Durante o diálogo, nos foi relatada a história do surgimento da comunidade, uma descrição sobre conflitos relacionados com comunidades vizinhas, principalmente ligados às dificuldades em estabelecer delimitações físicas de diferenciação e auto reconhecimento destas comunidades, que na ComunitÁreas haviam sido caracterizadas como um único “polígono”. Percebeu-se que não somente o Jagatá deixava de ser representado na plataforma, como também era abrangido por uma das comunidades vizinhas das quais apresentam histórico de conflitos.

A partir disso foi possível sinalizar algumas inconsistências com relação às formas de representação contidos no ComunitÁreas: a liderança comunitária de um desses grupos estudados sequer conhecia a plataforma, se conhecesse não encontraria seu grupo representado no mapa e, ainda, o encontraria retratado erroneamente.

Se vistos “de fora” a partir de critérios físicos presentes em padrões urbanísticos, habitacionais e ambientais, estes diferentes territórios pareciam um só, ao descermos à escala das pessoas e relações socioespaciais, restou evidente que as informações contidas na plataforma eram insuficientes para representar estas formas de territorialização específicas. Assim sendo, o objetivo de trazer visibilidade às comunidades e fomentar por meio da cartografia instrumentos de mobilização, auto reconhecimento, o reconhecimento do território, mostrava-se ilusório, visto que as informações disponíveis por órgãos públicos e pesquisas acadêmicas, fontes inicialmente apropriadas pela plataforma, são levantadas sem a participação desses grupos e, geralmente, não são por eles legitimadas.

Cabe destacar que as condições sanitárias impostas pela pandemia no ano de 2020, momento de estruturação da plataforma, acabaram por impossibilitar contatos mais próximos com os grupos e comunidades. A solução, então, foi buscar outros meios de obter dados e informações sobre esses grupos e comunidades através de órgãos públicos e publicações acadêmicas disponíveis online. Essa procura por dados recentes e confiáveis foi morosa, visto que esse tipo de informação não era disponibilizado facilmente ao público. Ainda assim, essa etapa investigativa e de sistematização dos dados processados, foi primordial para obter um panorama geral das comunidades existentes na região da Área Conurbada de Florianópolis, bem como, alcançar uma estimativa da quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade e as condições nas quais elas se encontram. Esta abordagem permitiu a consolidação inicial da plataforma, concepção de seu formato, elaboração de ferramentas de uso e de estratégias de colaboração. Além disso, a partir de seu lançamento, foi possível iniciar a divulgação e antecipar a participação de atores sociais interessados em colaborar na construção da ComunitÁreas.

Cabe, no entanto, destacar que o conceito de vulnerabilidade, utilizado como critério inicial para a delimitação dos grupos e comunidades a serem cartografados possui abordagens múltiplas, uma polissemia que por um lado abre campos diferenciados de aplicação e, por outro, dependendo da abordagem escolhida, carrega dificuldades de operacionalização, tendo em vista a baixa disponibilidade, qualidade, confiabilidade e sistematização dos dados existentes, sobretudo quando nos confrontamos com a realidade dos grupos e comunidades sócio espacialmente excluídas. Na confecção da cartografia da Comunidade, buscamos fortalecer uma abordagem socioambiental e territorial da vulnerabilidade, que seria capturada por meio de 29 indicadores divididos em cinco diferentes dimensões (habitação, infraestrutura, saúde, ambiental e renda), conforme tabela abaixo:

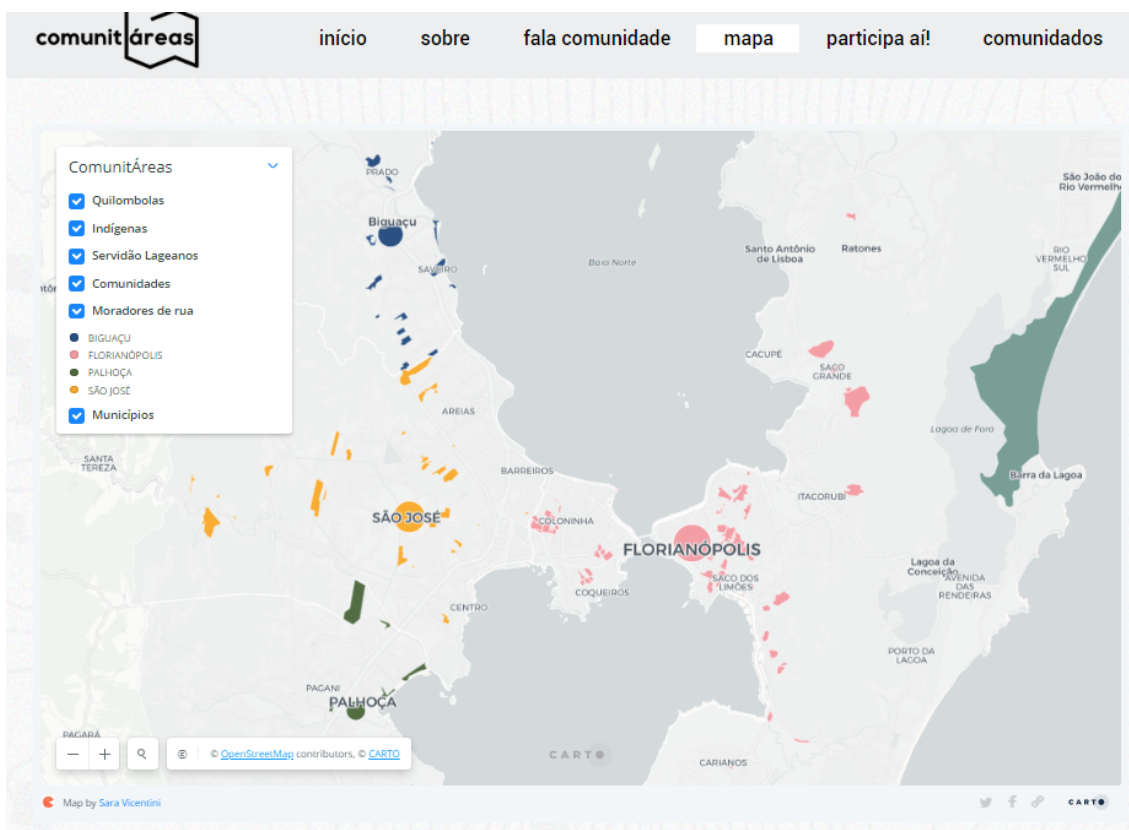
**Tabela 1** - Dimensões e indicadores do conceito de Vulnerabilidade Socioambiental da Comunidade

Habitação	Infraestrutura	Sanitária	Ambiental	Renda
Qualidade construtiva	% sem água encanada	Morbidades (tipo de doença)	Nº de UH's risco alto	Renda abaixo extrema pobreza
Densidade por domicílio	% sem esgotamento adequado	Mortalidade por homicídios	Nº de UH's risco médio	Renda abaixo pobreza
Próprio, cedido ou alugado	% sem coleta de resíduos	Mortalidade por trânsito	Vítimas em eventos extremos	Taxa de desemprego
% de domicílios sem banheiro	% sem coleta de resíduos	Mortalidade neo e pós-natal	% áreas declividade > 24°	
m² construído por habitante	distância do transporte coletivo	Segurança alimentar	Influência da dinâmica costeira	
Presença de fogão		Casos e óbitos por COVID-19	Áreas próximas a cursos d'água	
Presença de geladeira		% crianças <5 anos desnutrição	Nº de unidades inundação	

Fonte: Elaborado pelo autor

Como dito anteriormente, parcela importante destas informações não estavam disponíveis ou permaneciam desatualizadas. Como o objetivo da plataforma era também elaborar uma cartografia, seria necessário desenvolver, a partir dos dados acima, uma delimitação espacial das áreas que concentravam índices de precariedade para o conjunto de indicadores e dimensões considerados. Por conta da dificuldade em as informações, a espacialização dos polígonos no Comunidade ocorreu a partir das delimitações estabelecidas por pesquisas acadêmicas e políticas públicas anteriores, sobretudo por meio da assimilação de delimitações espaciais de grupos e comunidades realizadas pelos instrumentos de planejamento urbano e habitacional dos municípios, Planos Locais de Habitação de Interesse Social e Planos Diretores, onde as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) existiam. Outra fonte relevante para esta delimitação foram as pesquisas acadêmicas realizadas anteriormente, como por exemplo, um amplo estudo do mercado informal da terra, realizado ainda em 2005 pelo grupo Infosolo, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

**Figura 3** - Mapa resultante dos levantamentos realizados pela ComunitÁreas



Fonte: Elaborado pelo autor. Disponível em [www.comunitareas.com](http://www.comunitareas.com)

Além destas pesquisas, que evidenciaram mais o caráter da precariedade urbanístico e habitacional, foram inseridos outros grupos considerados vulneráveis, como a população em situação de rua e os grupos e comunidades tradicionais de remanescentes de quilombos e indígenas. Para estes grupos, a forma de representação espacial por meio de polígonos ou símbolos foi também resultante do processamento de dados obtidos em pesquisas acadêmicas e de órgãos públicos. Em relação à população em situação de rua, dada as especificidades nas formas de territorialização (mais cíclicas, temporárias e fluídas), optou-se por apenas vincular dados gerais para cada município, associando este grupo ao recorte territorial de cada município a partir de um símbolo cartográfico genérico, no caso, uma circunferência.

Percebe-se assim que a forma como o conceito de vulnerabilidade socioambiental foi assimilada pela ComunitÁreas parte necessariamente de um parecer externo, delimitando e nomeando grupo e comunidades a partir de características generalistas. Desde um ponto de vista interno, ou seja, na visão do grupo estudado, o termo vulnerável e o conceito de vulnerabilidade socioambiental não diz muito, parecendo não significar um elemento de identificação social, antes um conceito que carrega certa percepção pejorativa, discriminatória e não integrativa, usado muitas vezes como justificativa para prioridades nas ações da política pública.

Consideramos que essa percepção externa acaba por caracterizar de certa forma uma “invasão cultural”<sup>1</sup> uma vez que, as comunidades tiveram pouca ou nenhuma participação nesse processo, sendo elas usadas, nesse momento inicial, como objeto de estudo e não como atores participativos do projeto. Consideramos assim que o uso do conceito de vulnerabilidade para a construção da plataforma que se pretendia colaborativa era uma escolha inadequada, pois dificultava que os próprios grupos e comunidades se vissem representados na cartografia elaborada.

### **3.1. ComunitÁreas e a cartografia tradicional**

Esta percepção crítica acerca do papel e objetivos da cartografia, nos aproxima a uma reflexão igualmente crítica dos limites da representação contida na plataforma ComunitÁreas, que em muitos sentidos reproduz uma percepção limitada da realidade socioespacial contida nas formas mais tradicionais do campo das ciências cartográficas.

Embora mantenha a função primordial de representação e comunicação sobre parte de uma realidade, a cartografia tem atravessado transformações na delimitação de seus objetivos, métodos, aplicações, competência de sua atuação, etc. É igualmente longa a trajetória que traz para reflexão o papel e influência dos agentes que produzem o mapeamento - seus preceitos e intenções – assim como de quem o consome, interpreta utiliza, muitas vezes de forma passiva, outras vezes de modo parcial por meio de interesses próprios. No caso da cartografia tradicional, é o próprio mapa a finalidade última do processo, colocando o usuário como receptor principal a partir do propósito sobre o qual foi imposto a priori seus objetivos, seja o de transmitir determinada informação ou servir de controle, geralmente por parte do Estado, das dinâmicas de uso e apropriação territoriais.

Nesta linha, a Cartografia dá especial enfoque tanto à representação estética do mapa, mas principalmente aos seus atributos técnicos e operacionais. É a partir daí que se encontram as correntes matemáticas atreladas à geografia, reproduzindo exatidões de informação, delimitações espaciais, códigos, cadastros, tudo encaixado dentro do rigor da aplicação metodológica, pautada no positivismo lógico. Por conta disso, hoje o uso dos mapas encontra-se como documento de caráter “cadastral” e oficial dentro de órgãos públicos e políticos, de onde foi retirada a maior parte dos dados coletados pela ComunitÁreas. Sem necessariamente retirar o valor e

---

<sup>1</sup> Para Paulo Freire, invasão cultural significa que “toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação. As relações entre invasor e invadidos, que são relações autoritárias, situam seus pólos em posições antagônicas. O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra, os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são “pensados” por aqueles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição.” (FREIRE, 2014, p. 26-27)

importância destas abordagens, consideramos que elas são insuficientes para representar a relação dialógica e complexa que se estrutura entre o sistema de objetos e ações em determinado território.

Ao trazer tal reflexão para o contexto urbano, a cartografia tradicional não consegue incorporar a representação dos conflitos socioespaciais presente nas cidades, isso porque o ato de mapear aos olhos de quem detém o poder político, econômico e fundiário reproduz a premissa de controle, e não de transformação sendo até mesmo vulgarizada cientificamente a partir do pressuposto de um território estático e cristalizado, dentro das intenções políticas e de mercado. Para Almeida (2012), no contexto dos povos tradicionais, esta apropriação da cartografia ocorre de forma renovada pela eufemização das políticas de “reorganização de espaços e territórios” por “regularização fundiária”, “reordenamento territorial”, “reassentamentos”, mapeamentos de agentes sociais classificados como “atingidos” ou como “refugiados do desenvolvimento”, evidenciando a delimitação do tipo de expansão considerada necessária à reestruturação formal do mercado de terras, o que dificulta ações efetivas de organismos oficiais, no âmbito de planos, programas e projetos, assim como de associações voluntárias da sociedade civil (ONG's).

Arelado a esses aspectos, a Plataforma ComunitÁreas enfrenta a dificuldade de redirecionamento de seus objetivos a partir da produção de dados mais representativos produzidos com e a partir dos grupos e comunidades excluídas.

### **3.2. Nova Cartografia Social e a ComunitÁreas**

A Nova Cartografia Social abre caminhos para as comunidades contarem suas histórias partindo de panoramas internos. A elaboração de mapas georreferenciados tem o potencial de fornecer informações carregadas de dimensões culturais, étnicas e históricas, o que age como instrumento de luta pelos seus direitos, e ainda, corrobora sentimentos de pertencimento.

Se o objetivo da Plataforma ComunitÁreas é tornar-se instrumento para o enfrentamento das dinâmicas territoriais de exclusão socioespacial e da garantia do direito à cidade no aglomerado urbano de Florianópolis, percebe-se que tanto a utilização do conceito de vulnerabilidade, como da estratégia de representação espacial destas desigualdades realizado é pouco eficaz, por reproduzir uma lógica externa, estática e apolítica dos problemas enfrentados pelos grupos e comunidades excluídos.

A Nova Cartografia Social, nos moldes dos trabalhos e da produção desenvolvida por exemplo, por Almeida (2013) nos traz algumas chaves importantes de compreensão destas limitações, mas também possibilita reorientar a trajetória da plataforma, seus objetivos, métodos e possibilidades. Destas novas possibilidades, refletiremos aqui sobre três diferentes aspectos: 1) a necessidade de colaborar na mobilização de uma identidade coletiva e ética a partir da perspectiva de grupos e comunidades excluídas; 2) da necessidade de colaborar na construção de unidades de mobilização em torno

de temas, demandas e situações concretas; e 3) de se aproximar da realidade destes grupos e comunidades a partir de enfoques sobretudo etnográficos. Apresentaremos a seguir, uma reflexão inicial de como cada um destes aspectos poderiam ser mobilizados pela Comunidade.

### **3.1.1 Identidade coletiva, identidade ética**

Se mapear é mobilizar política e criticamente, tanto no plano discursivo quanto das ações concretas (Almeida, 2013), torna-se necessário a existência de uma esfera coletiva, situada entre o indivíduo e o Estado, fomentada e, dialogicamente, fomentando laços de proximidade, reciprocidade, solidariedade e autoconhecimento que permitam aos indivíduos entrelaçar pautas de reivindicações e programas de ação face ao Estado e demais grupos de interesse hegemônicos que efetivam, no plano do concreto, a usurpação de seus direitos fundamentais. Surge aí o conceito de “identidade coletiva” que Almeida (2013) utiliza para refletir sobre as formas organizativas que os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc) assumem no que tange a mobilização consciente e consolidada por seus direitos territoriais:

“A pauta reivindicatória de territórios torna-se adstrita à consciência de si mesmos e estes mencionados povos e comunidades, mobilizam-se sem dissociar as lutas econômicas dos fatores identitários. Tal autoconsciência é coextensiva à mobilização política em torno de uma territorialidade específica considerada fundamental para consolidar sua identidade coletiva e sua reprodução física e social.” (ALMEIDA, 2013, p.168)

Diferentemente do contexto dos povos tradicionais no qual Almeida (2013) fundamenta sua reflexão, nos parece que os grupos e comunidades urbanas excluídas possuem características estruturalmente diferentes que impõem dificuldades e limitações ao surgimento e consolidação de uma identidade coletiva. Se no caso dos povos tradicionais esta identidade coletiva parece moldada em camadas bastante profundas, resultantes de suas particularidades ecológicas e geográficas, na constituição de vínculos longos com o território, de princípios de ancestralidade, do compartilhamento de línguas e dialetos próprios, assim como de rituais e formas de organização política, no caso das comunidades urbanas estes laços são necessariamente mais frágeis, que é chamada por Eder (2003) de “Identidade coletiva fraca”,

“A única imposição é a de que aceitem as regras de procedimento do debate aberto e igual entre indivíduos portadores de interesses. (...) isso envolve a ideia de uma sociedade civil que constrói sua identidade coletiva por meio de alguns códigos de interação civilizada entre seres humanos iguais e livres no interior de um espaço de interação social institucionalmente definido.” (Eder, 2003, p. 11)

Para o autor, seria uma identidade coletiva fundada igualmente em uma identidade ética, cuja a filiação dos indivíduos e subjetividades sejam fundadas na narrativa da própria cidadania e na crença na efetividade da garantia de direitos fundamentais, assumindo um caráter interativo e compartilhado:

Por “interativa e compartilhada”, compreendo que estes elementos são construídos e negociados por meio de um recorrente processo de

ativação de relações que atam os atores juntos. A identidade coletiva, como um processo, se refere a uma rede de relacionamentos ativos entre atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões. (Melucci, 1996, p.70)

Surge então o segundo aspecto, necessariamente ligado à ideia de identidade coletiva, que Almeida (1995) chama de “unidade de mobilização”.

### **3.1.2 Unidade de mobilização**

Caberá, portanto, identificar a existência ou o potencial latente (ainda não concretizado em forças sociais) capazes de mobilizar e engajar indivíduos e grupos, possibilitando a emergência ou fortalecimento de elementos identitários por meio da construção discursiva, das práticas e ações concretas. Possibilita-se assim a produção de significado aos problemas sociais que os atingem, como também à sua própria organização, às reivindicações que pleiteiam e aos objetivos que defendem. É neste sentido que Almeida (2015) apresenta o conceito de “unidades de mobilização”

“Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com o centro de poder e com instâncias de intermediações, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local. Destaque-se, neste particular, que mesmo distante da pretensão de serem movimentos para tomada do poder político, logram generalizar o localismo das reivindicações e mediante estas práticas de mobilização [...] para tanto suas formas de ação transcendem as realidades localizadas e geram movimentos de maior abrangência, que agrupam as diferentes unidades [...]” (ALMEIDA, A., 1995, p. 17).

Estas unidades de mobilização apresentam-se, portanto, como formas de resistência no enfrentamento das adversidades, estratégias de luta consolidadas por meio de unidades de mobilização, que ao gerar e serem geradas por identidades coletivas territorializadas, podem ter na cartografia e nos mapas fatores de articulação e de conhecimento comum.

Para além de uma cartografia feita “a partir de fora”, por meio de dados específicos, o caso emblemático da Comunidade do Morro do Jagatá, nos demonstra que esta “identidade coletiva” – que é em alguns casos mais forte em outros mais fraca – está geralmente presente no território e que só será possível descortiná-las a partir de uma aproximação sensível e substantiva com a realidade dos grupos e comunidades que se quer visibilizar através da plataforma.

É, portanto, uma estratégia que serve não somente “para dentro”, ao permitir a produção e representação de elementos identitários capazes de engajar indivíduos, dando sentido à sua atuação enquanto militantes, mas também externamente, na interlocução com outros grupos e institucionais, sobretudo de Estado:

“Tornar uma demanda política aceitável e relevante implica na articulação de sentidos e significados que buscam fazer das reivindicações algo inteligível e legítimo à esfera pública, ou seja,

convincente no sentido de conquistar a simpatia ou a adesão de indivíduos e grupos alheios ao movimento, mas que podem tornar-se simpatizantes da causa, apoiá-lo abertamente ou até mesmo converterem-se em militantes.” (OLIVEIRA, 2016, p.25)

Nos apoiando no trabalho de Benford e Snow (2000), que buscam oferecer uma interpretação para as ações coletivas, consideramos que não serão as mesmas unidades de mobilização presentes em todos os territórios trabalhados na Plataforma ComunitÁreas e que para cada caso, dependendo das possibilidades de interação e engajamento dos grupos e comunidades, será preciso responder, ao menos à três questões fundamentais: 1) como os agentes/grupos e comunidades diagnosticam (e constroem) determinado problema social que julgam necessário enfrentar?; 2) como propõem soluções viáveis a este problema?; e 3) como fomentam o engajamento interno e externo? Nos parece também relevante fomentar ainda uma quarta resposta, que diz respeito ao rebatimento espacial desse reconhecimento mútuo, que Almeida (2013) chama de “consciência de fronteira”, qual seja a unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos, manifestadas de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado. Poderíamos traduzir esta questão como 4): qual percepção de território (composto por fronteiras e limites) estes indivíduos/grupos ou comunidades possuem?

É desta forma que os conceitos de identidade coletiva e unidade de mobilização se aproximam e se complementam:

“A identidade coletiva mostra-se dinâmica e não fica aprisionada no mito da comunidade fechada, guetificada, mas passa a ser vivida e pensada como algo que não esgota a identidade cultural de um povo ou comunidade e que, portanto, não se restringe ou fica sempre circunscrita aos mesmos rituais de instituição e aos mesmos sentimentos de pertencimento. A força política construída pelas mobilizações a emancipa das amarras essencialistas.” (Almeida, 2013, p.176)

O rebatimento espacial dessas relações e sua representação através de elementos cartográficos impõe, portanto, uma percepção menos rígida e estática das relações sociais territorializadas, tornando a compreensão destas transformações e permanências uma tarefa mais árdua, cujas lógicas de funcionamento dificilmente são perceptíveis a partir de fora ou da generalização das interpretações e instrumentos.

### **3.1.3 Práticas etnográficas**

Cabe ainda procurar por estratégias metodológicas e operacionais que viabilizem a construção gradativa destas identidades coletivas, do reconhecimento das unidades de mobilização e das consciências de fronteira. As questões que permanecem latentes e precisam ser enfrentadas pela ComunitÁreas são, ao menos, as seguintes: como se conectar com os grupos e comunidades? Como construir uma cartografia a partir destes grupos? Como

garantir a ampliação e “atualização” desta cartografia? Quais ferramentas e instrumentos são necessários?

A necessidade de capturar estas camadas mais profundas de organização e territorialização dos grupos e comunidades urbanas excluídas, nos leva a procurar por métodos situados fora do campo da Arquitetura, do Urbanismo ou da Geografia. Aproximamo-nos do processo etnográfico.

A etnografia pode ser compreendida como uma forma de produção de conhecimento pautado principalmente na combinação de técnicas que dão maior ênfase na interação do pesquisador com o objeto de pesquisa, por meio principalmente de estratégias como observação direta e participante, escuta ativa por meio da convivência cotidiana e de entrevistas formais e informais, entre outros.

No campo de Estudos Urbanos a etnografia possuem uma trajetória bastante rica e representativa que partem do pressuposto de que a cidade, mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos.

“[...] o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas - religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. É o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana, diferenciando-o da abordagem de outras disciplinas e até mesmo de outras opções no interior da antropologia.” (Magnani, 2002, p. 18)

A etnografia impõe assim uma forma diferente de produção de conhecimento, pois não parte de uma hipótese explicativa, mas a partir com uma relação mais orgânica entre a teoria e os objetos de análise, geralmente iniciando pela compreensão de aspectos menores no sentido de padrões processos cada vez mais amplos.

“Através desta metodologia se alcançam conhecimentos mais exatos, reais e concretos dos acontecimentos sociais, fenômenos, caracterizações, interações, significados, formas de pensamento, sentimentos e expressão dos protagonistas-atores e das celebrações, conhecimentos mais profundos da estrutura organizacional, de seus protótipos processos a partir da percepção e expressão dos envolvidos que convivem com a investigação, conhecimentos mais próximos e diretos dos efeitos alcançados e esperados, que se produziram ou se esperava que se produzissem. Por sua importância como repositório de conhecimento, o método oportuniza diferentes técnicas, instrumentos, este conjunto variado de instrumentos

refletem os amplos aspectos do clima social em que foram produzidas.” (LOPEZ, 1999, p.47).

Lopez (1999) coloca alguns elementos fundamentais que caracterizariam uma investigação etnográfica, entre elas: a) o bom acesso ao lugar e objeto de estudo; b) uma intensa implicação do investigador no contexto social, tanto como observador, mas também como participante; c) o emprego da variedade de métodos e técnicas qualitativos, sendo o mais frequente a observação participante, a entrevista e a análise documental, levar um registro cuidadoso do que acontece e anotar toda a classe de evidência documental; d) a tentativa explícita de análise dos acontecimentos em termos (palavras) significativos; e e) a elaboração dos resultados da investigação em forma descritiva.

Para tanto a autora sugere que se deva ter claro sete diferentes aspectos: 1) a finalidade do estudo e as questões que aborda; 2) o modelo de investigação usado e as justificativas de sua escolha; 3) os participantes sujeito de estudo, o cenário e contexto investigado; 4) a experiência do investigador e seu papel no estudo; 5) as estratégias de coleta de dados; 6) as técnicas empregadas nas análises; e 7) as descobertas do estudo, a partir da sistematização dos resultados das interpretações.

A aproximação aos métodos da etnografia, no caso da Cartografia, parece significar a busca por relações de pesquisas intrínsecas, trazendo os agentes sociais referidos para o próprio processo de produção desta “descrição espacial” representada nos mapas. No caso dos grupos e comunidades excluídas, percebe-se o potencial de procurar formas de representação que evidenciem o território enquanto espaço de disputas, de luta e de exercício das relações de poder. Para os agentes que produziram a plataforma significa o deslocamento de sua própria cultura, para se situar no interior do fenômeno observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se apresenta.

#### **4. Considerações finais**

A partir da análise crítica dos avanços e limites da ComunitÁreas e da apropriação das fronteiras trazidas pela Nova Cartografia Social, nos resta evidente que um grupo estudado não se identifica em uma escala de vulnerabilidade, a partir de critérios extrínsecos, mas sim na coletividade e nas características do seu próprio grupo.

A parte colaborativa da ComunitÁreas ainda é um protótipo e demanda muito esforço para que alcance todo seu potencial, posto que antes da colaboração em si, um trabalho de aproximação é necessário entre a plataforma e as comunidades. A delimitação e o resultado atual, feita de maneira externa e, ainda, de cima para baixo, apresenta uma plataforma feita para as comunidades, sobre elas, mas sem sua participação efetiva. A partir de um rápido retrospecto de como o processo de construção da ComunitÁreas foi executado, analisando as etapas de idealização da plataforma, é possível perceber que a abordagem e métodos utilizados para esse propósito não se

encaixam nos objetivos que orientam atualmente a sua existência e continuidade.

Em consonância com tais estudos, ao admitir que os mapas produzem a realidade tanto quanto a representam, para o objetivo do presente trabalho não basta entender a cartografia apenas como representação espacial de dados, mas sim como importante instrumento de transformação social - com uma carga política e compromisso com a realidade que se apresenta - como método.

Neste viés, passa a ser imprescindível a Comunidade munir as comunidades com a instrumentalização capaz de promover a sua autonomia, transmitindo-lhes os aportes metodológicos necessários para realizar os mapeamentos. Além da transferência de conhecimento metodológicos, é necessário salientar a importância da utilização dos instrumentos técnicos para representação integral das características territoriais, uma vez que estes fornecem validade "científica" aos mapas, tornando-os documentos detentores de poder.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "As quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização." São Luís, MIQCB – Caderno de Formação, n.1, p.17-8, 1995.

---

Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". Caderno CRH [online]. 2012, v. 25, n. 64 [Acessado 31 Março 2021] , pp. 63-72. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100005>>. Epub 04 Jun 2012.

---

. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Povos e Comunidades Tradicionais. Manaus: PNCSA/UEA, p. 157-173, 2013.

BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 10, n. 2, p. 469-488, 2015.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 85-111, 2008.

EDAR, Klaus. "Identidades coletivas e mobilização de identidades." Revista Brasileira de Ciências Sociais 18.53 (2003): 5-18.

TETI, Marcela Montalvão; PRADO FILHO, Kleber. Heterotopologia: uma possível geopolítica dos espaços turísticos. *Mnemosine*, v. 7, n. 1, 2011.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Editora Paz e Terra, 2014.

LÓPEZ, Graciela. O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. *TEXTURA-Revista de Educação e Letras*, v. 1, n. 1, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1996.

NETO, Francisco Otávio Landim; DA SILVA, Edson Vicente; DA COSTA, Nátane Oliveira. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: Reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, v. 18, n. 2, p. 8, 2016.

OLIVEIRA, Gerson de Lima. *A mudança de escala na mobilização dos atingidos por barragens*. 2016. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, 171p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp, 2002.

SILVA, C. A; SCHIPPER, I. Cartografia da ação social: reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, 2012, p.25-39.